

-----**ATA N.º 8/2012**-----

-----Aos 16 dias do mês de abril de 2012, pelas 16h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Ferreira da Silva Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior e coadjuvada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que já tinha sido entregue uma proposta de Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil aos Senhores Vereadores para análise, sendo que, posteriormente a mesma terá de ser aprovada em reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Disse que esta taxa terá como base a criação de receita para o município, estando destinada à prevenção e gestão de riscos e à Proteção Civil. Referiu como exemplo entidades sobre as quais poderá incidir esta taxa, designadamente, Ascendi, EDP, Resistrela, AdZC, Parque Eólico, Refer, Gás Natural, entre outros, sendo de opinião que esta taxa

deverá ter uma incidência privilegiada sobre estes agentes e não sobre os munícipes deste concelho. Disse que esta taxa serviria também para o financiamento de outras associações que façam a gestão da floresta, como é o caso dos Bombeiros Voluntários.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que de facto a criação desta taxa é muito importante para o concelho, uma vez que o município atravessa problemas financeiros que o impede de ajudar certas instituições como é o caso dos Bombeiros e também da Celflor. Estas taxas serão uma forma de financiar estas instituições, que terá que ser indexada ao conceito de risco, imputado às empresas potenciadoras deste risco e não aos munícipes. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que a autarquia tem custos muito elevados relativamente à faturação da EDP, tendo solicitado que haja uma contenção de forma a diminuir estes custos, para permitir que o município cumpra com a lei da assunção de compromissos.--

-----Nesta sequência solicitou a presença, nesta reunião, do Senhor Eng. Luís Gomes para que apresente um estudo de eficiência energética para o Município de Celorico da Beira. -----

-----Disse que se a autarquia fizesse um investimento avultado havia uma diminuição, mas não havendo essa hipótese a solução passará necessariamente pela contenção e redução, através do corte de luminárias, que não sejam necessárias. -----

-----Mencionou que se por cada freguesia cortassem 20 luminárias, facilmente atingiriam as 1000, que teriam um impacto significativo na faturação. -----

-----Referiu que já houve um corte na iluminação do castelo, sendo necessário agora haver um ajuste ao horário de Verão. Disse que este é um trabalho que o corpo técnico tem que apresentar. -----

-----O Senhor Eng. Luís distribuiu documentação pelos Senhores Vereadores e começou por explicar que se tratava de uma proposta de eficiência energética, que tinha sido objeto de uma candidatura.-----

-----Referiu também que a autarquia poderia aderir ao fundo para apoiar a eficiência energética (fundo Jessica), à semelhança dos privados, que permitiria uma gestão mais eficaz destes consumos. Mencionou também o facto de ser possível os municípios poderem contratar empresas de serviços energéticos, sendo que essas empresas é que têm de fazer todo o investimento. Da parte das entidades públicas não pode haver investimento nem ganhos diretos. Os ganhos são a redução do consumo de energia e diminuição da fatura energética. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que todas essas alternativas eram situações a considerar, mas o que se pretende é uma poupança imediata sem custos para a autarquia. Que se conseguiria numa primeira fase através do corte de iluminação pública, depois através da redução da faturação com os semáforos, numa terceira fase, analisar-se quais são os quadros que estão ligados à Câmara Municipal e que não são da sua responsabilidade. E por último, estudar-se uma opção de colocação de relógios nos PT's com maiores consumos. -----

-----Referiu que de facto a candidatura é meritória, mas não é aprovada antes de 2014 e a autarquia precisa de medidas imediatas que permitam uma redução significativa nas despesas da faturação da energia elétrica. ---

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que se trata de duas situações distintas, uma é a necessidade de reduzir os consumos, outra é aproveitar uma candidatura, com fundos comunitários, que é igualmente positivo, mas da qual não há qual projeção de aprovação.-----

-----Frisou que o que se pretende é a redução de pelo menos 30% do valor da faturação à EDP, medida que só se irá conseguir alcançar a curto prazo, com o corte de iluminação pública, em locais onde existe e não é

necessária, depois a médio prazo poderá estudar-se a colocação dos relógios nos PT's.-----

-----Disse que esta contenção de custos também terá que ser aplicada aos edifícios da autarquia.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** é da opinião que a autarquia poderia estudar a hipótese de entregar a gestão energética a uma empresa credenciada, desde que tenham garantias e referências das empresas que estão a operar nesta área.-----

-----Corroborou da opinião que, para efeitos imediatos, teriam que optar pelo corte de luminárias, bem como a colocação dos relógios. Contudo, a colocação dos relógios não seria necessária se a autarquia optasse pelo contrato de eficiência energética, situação que face às dificuldades financeiras desta edilidade, seria, na sua opinião, uma opção a estudar.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou que o Senhor Eng. Luís Gomes apresente um estudo sobre os consumos dos PT's e onde deveriam ser colocados os relógios astronómicos de forma a rentabilizar este equipamento, porque a autarquia, neste momento não tem disponibilidade para adquirir relógios em número suficiente para todos os PT's.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que não percebe as dificuldades técnicas em implementar medidas tão simples, o objetivo do Executivo é tão só que haja uma redução de pelo menos 30% na faturação da EDP, de forma a darem cumprimento à Lei da Assunção de Compromissos.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos o seguinte ponto:-----

-----**EMCEL – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A 2011**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe que se anexa a esta ata (**anexo I**), para análise e apreciação do Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por esclarecer que o relatório do ROC e a certificação legal de contas foram enviados para análise em documento “draft”, porque estes documentos, nos termos da lei apenas terão que ser apreciados em Assembleia Municipal. A versão final só será elaborada depois de as contas do exercício terem sido aprovadas em reunião do Executivo. No entanto, foi solicitado ao ROC uma versão preliminar destes documentos para auxiliar a análise das contas por parte dos Vereadores.-----

-----De seguida referiu-se à situação financeira do município, para dizer que o ano de 2011 foi um ano difícil, e o de 2012 também o será. A diminuição das receitas foi significativa, designadamente ao nível das transferências do estado (FEF), que sofreu um corte abrupto, situação que teve um impacto profundo nas contas do Município e que dificulta a sobrevivência desta autarquia face aos compromissos assumidos. -----

-----Salientou ainda outras situações que causaram graves dificuldades de tesouraria, como foi o caso de penhoras de contas bancárias, por parte das empresas multimunicipais, Resiestrela e Águas do Zêzere e Côa, bem

como outras situações herdadas de anteriores executivos, que também contribuíram para o aumento da dívida a terceiros, caso da dívida da habitação social, à Escola Profissional Beira Serra e à Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Celorico da Beira. -----

-----Disse ainda que, apesar destes constrangimentos, o Município conseguiu iniciar alguns investimentos importantes, financiados por fundos comunitários, exemplo do Parque Industrial da A25, a requalificação das margens do rio Mondego, Pista de Pesca da Ratoeira e beneficiação da Estrada Municipal 1102.-----

-----Referiu ainda que teve peso na dívida, a restituição à CCDRC de montantes relativos às transferências de projetos do QCA III para o QREN, situação semelhante irá acontecer no ano de 2012 para a obra da biblioteca municipal.-----

-----Relativamente à rubrica de pessoal esclareceu que houve uma redução bastante significativa, que se prende não só com o cancelamento da transferência de competências do pessoal não docente das escolas, bem como houve uma acentuada redução de pessoal com contratos a termo certo e também alguns casos de licença sem vencimento. -----

-----Em termos de execução orçamental as percentagens fixaram-se em 40,99%, na despesa e 42,5% na receita. Referiu que as execuções orçamentais nunca podem ser muito altas porque refletem dívida de anos anteriores. Situação que irá ser corrigida, com o reequilíbrio, através da liquidação da dívida, passando a existir orçamentos mais reais. -----

-----Em termos de Balanço e Demonstração de Resultados referiu que é evidente um grande corte de custos em Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Encargos com Pessoal. Mencionou que houve uma recuperação em termos de resultados, comparativamente ao ano anterior, mas esta trajetória, embora positiva não é suficiente, o Executivo terá que continuar a trabalhar para dar continuidade e otimizar estes resultados.-----

-----Referiu ainda que houve a preocupação em se iniciar a execução de obras financiadas, cuja taxa foi ajustada de 60%, para 80% de

comparticipação e que embora tenham um grande peso em tesouraria, têm de ser realizadas, sob pena de se perder os montantes participados.----

-----Esclareceu que a situação financeira do Município à imagem do país é muito débil. Situação agravada pelo montante acumulado, ao longo da última década de compromissos assumidos e não liquidados, bem como o constante corte no Fundo de Equilíbrio Financeiro; retenção para o Serviço Nacional de Saúde e processos judiciais. -----

-----Referiu que à semelhança do ano anterior o agravamento do endividamento líquido está relacionado com os cortes nas transferências do FEF, com o aumento das tarifas de água cobradas ao Município, com o aumento da dívida relacionada com o tratamento dos resíduos sólidos, mas, ficou a dever-se, essencialmente à contabilização de 1.303.431€ de dívida à “MRG-Construções S.A.” relacionado com a habitação social do Bairro de Santa Luzia, bem como a contabilização de 240.000€ de dívida à Escola Profissional Beira Serra e 27.500€ à Associação de Melhoramentos, Cultural, Desportiva e Recreativa de Celorico da Beira. Mencionou que estas situações ficam a dever-se a compromissos assumidos e não cumpridos por anteriores executivos que culminaram em processos judiciais contra a autarquia. -----

-----Concluiu que conforme já tinha sido reconhecido aquando da aprovação do orçamento de 2011, a situação do Município de Celorico da Beira é de desequilíbrio financeiro estrutural. -----

-----De seguida fez referência às reservas apresentadas pelo ROC, na certificação legal de contas e mais concretamente ao ponto 7.1, onde apontam uma “divergência de 5.074.154,02€ em excesso na contabilidade em relação aos valores expressos pelos respetivos mapas de amortizações e pela informação proveniente do Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial”, para dizer que esta situação é reincidente, como tal quer a contabilidade quer o património, bem como o ROC terão que analisar a situação e verificar de onde decorre, até à Assembleia Municipal. -----

-----Referiu-se ainda ao ponto 7.2. onde é dito que “o valor da participação financeira detida sobre 100% do capital social da empresa municipal deveria ter sido objeto de provisão...”, dizendo que não está 100% de acordo com esta reserva. -----

-----Por último e relativamente ao ponto 9.1 “...dívida em mora à ADSE no montante de 787.696,41€...” referiu que o Município já amortizou muita dívida à ADSE. Disse ainda que o subsistema da ADSE para os funcionários das autarquias funciona de forma diferente dos restantes trabalhadores da função pública, o que poderá levar a alguma confusão na análise, por parte do ROC. Pretendendo que o valor apresentado também fosse analisado novamente pelo ROC. -----

-----Foram chamados à reunião o responsável pela contabilidade e o responsável pelo património, para explicar o valor, que segundo o ROC está em excesso na contabilidade em relação aos valores brutos expressos nos mapas de amortizações. -----

-----O responsável pelo património referiu que tinha sido feita uma análise exaustiva aos documentos e concluíram que se tratava de erro na aplicação, aquando da transferência do antigo sistema de contabilidade para o POCAL, em 2002. Disse que já tinham contactado a AIRC para reporem a situação. Disse que só nestes últimos dois anos foi detetado porque o ROC anterior não usava este mapa para análise. Esclareceu que foi feita a conferência de todos os valores e o que está referido no mapa das amortizações não corresponde ao mapa do ativo bruto, da mesma aplicação, o que deveria acontecer. -----

-----O responsável pela contabilidade começou por dizer que a questão que se colocava era, se, eventualmente havia bens que não estavam a ser calculadas as amortizações, situação que foi logo colocada de parte pela AIRC, assumindo que se tratava de um erro na aplicação e que as amortizações estavam corretas. -----

-----



-----Por solicitação do Senhor **Vereador António Silva** ficam anexos à presente ata, os mapas do ativo bruto e ficha de amortizações dos anos 2002 e 2011 (**anexo II**). -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a AIRC teria que assumir por escrito esta situação. Referiu que esta reserva já aparecia no relatório do ROC no ano passado e queria que fosse esclarecida. Disse que esta situação é reincidente e que o serviço de património terá que verificar, o que provocou esta situação. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu ser esclarecido sobre o porquê de constar das contas deste ano a dívida à Levira, uma vez que o equipamento da biblioteca foi adquirido em 2009. Foi informado que consta das contas deste ano, porque a dívida está em conferência, mas que de facto a dívida é de 2009. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar os documentos de prestação de contas, referentes ao ano financeiro de 2011.** -----

-----**Mais deliberou submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, os documentos da prestação de contas relativos ao ano de 2011.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra, -----

-----Porque, contrariamente, ao entendimento do Responsável do Pelouro Financeiro, entendo que, as contas quando veem para aprovação do Executivo, devem vir com o relatório final do ROC e não com um draft; --

-----Porque este documento mostra o que foi dito relativamente ao orçamento, ou seja, que o orçamento foi feito com pouco rigor o que é evidenciado nas baixas taxas de execução;-----

-----Porque as contas apresentadas mostram que não foi corrigida nenhuma das situações referidas no relatório do Tribunal de Contas relativo à homologação das contas do município do ano de 2009, pelo que continua a haver a violação da lei das finanças locais;-----

-----Porque este Executivo continua sem apresentar o reequilíbrio financeiro e continua a financiar-se à custa dos prestadores de serviços desta autarquia;-----

-----Porque reflete uma má gestão municipal”.-----

## -----2 - GRUPO PARLAMENTAR DO PCP-----

-----**ASSUNTO: PROJETO DE RESOLUÇÃO SUBSCRITO PELOS DEPUTADOS DO GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----Foi presente *e-mail* do PCP, datado de 05/04/2012, com o registo de entrada n.º 3474, dando conhecimento do Projeto de Resolução subscrito pelos Deputados do Grupo Parlamentar do PCP, pelo não prosseguimento do processo legislativo decorrente da Proposta de Lei n.º 44/XII/1.<sup>a</sup> do Governo.-----

## -----3 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE-----

-----**ASSUNTO: LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO**-----

-----Foi presente *e-mail* da Comunidade Intermunicipal do Oeste, datado de 02/04/2012, com o registo de entrada n.º 3352, dando conhecimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.-----

## -----4 - SECÇÃO DE EXPEDIENTE, TAXAS E LICENÇAS - SECRETARIA-----

-----**ASSUNTO: PROJETO DE REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO**

**PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Expediente, Taxas e Licenças, datada de 03/04/2012, com o registo interno n.º 3354, remetendo projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município de Celorico da Beira, para que o mesmo possa ser submetido a audiência e apreciação pública, cumprindo-se assim o disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

-----**Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município de Celorico da Beira, a fim de ser submetido a audiência e apreciação pública.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**5 - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: PROCESSO DISCIPLINAR**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Recursos de Humanos, datada de 04/04/2012, com o registo interno n.º 1228, remetendo o relatório final do processo disciplinar, instaurado a um funcionário, nos termos do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, recomendando-se o seu arquivamento. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que a informação sugere o arquivamento do processo, no entanto, da leitura do relatório final é inequívoco que o funcionário estava a violar os seus deveres enquanto funcionário. -----

-----Referiu que uma coisa é o funcionário ter um problema de alcoolismo, devendo a autarquia auxiliar e prestar apoio social, outra, distinta, é não estar a cumprir os seus deveres e obrigações enquanto funcionário da autarquia. É da opinião que ao arquivarem o processo estão a dar cobertura a este tipo de comportamento, dando um mau exemplo aos restantes colegas, bem como estão a desacreditar o Encarregado que fez a participação. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que se trata de um caso grave de reincidência alcoólica, e um problema social igualmente grave, onde o salário do funcionário é único sustento da família. Entende que tendo o trabalhador assumido a sua dependência e encontrando-se em tratamento deveria ser-lhe dada uma oportunidade, fazendo-se um acompanhamento do seu comportamento durante o processo de desintoxicação. -----

-----Esclareceu que apesar de ser sugerido o arquivamento, este processo fica registado e caso o funcionário reincida será o mesmo tido em conta. -----

-----Por último disse que é da opinião que devem apoiar os funcionários em situações desta natureza.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** reiterou que se trata de coisas distintas, uma coisa é o apoio, sobre o qual é frontalmente a favor, outra, é o facto de o trabalhador estar a violar um dever, que na sua opinião devia ser no mínimo objeto de uma repreensão escrita. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** corrobora da opinião do Senhor Vereador Victor Santos, fazendo referência ao último parágrafo da 1.<sup>a</sup> página, do relatório final, para sustentar a sua tomada de posição. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que conhece o percurso deste funcionário, disse tratar-se de uma situação de alcoolismo grave, que já foram feitas inúmeras tentativas para sua recuperação, mas de facto acaba sempre por reincidir. Assim, considera que talvez o facto de ter uma repreensão escrita provoque uma alteração no seu comportamento. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador José Luís Cabral, nos termos do n.º 4, do art.º 14.º, da Lei n.º 58/2008, de 9/9, conjugado com o n.º 4, do art.º 55.º, do citado diploma legal, não concordar com a proposta de arquivamento e decidir pela pena de repreensão escrita, nos termos da alínea a), n.º 1, do art.º 9.º, ao trabalhador António Carlos Caetano da Silva, pela violação dos deveres de zelo e correção constantes dos factos relatados no relatório final, infrações previstas no art. 3.º da referida lei.** -----

-----**EMCEL – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe que se anexa a esta ata (**anexo III**).-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que a EMCEL embora continue a ser muito dependente da autarquia tem vindo a conseguir diminuir essa dependência, assim como diminuiu despesas com o Pessoal.-----

-----Referiu que o passivo tem diminuído, embora haja algumas dificuldades relativamente aos fornecedores. Disse que o plano de reequilíbrio da autarquia também irá contemplar a dívida da EMCEL de forma a poderem “limpar” a dívida a terceiros.-----

-----Informou que o sector empresarial local irá sofrer uma grande mutação com a entrada em vigor das diretrizes do “livro branco”.-----

-----Relativamente às unidades de negócio, referiu que o Solar do Queijo tem vindo a recuperar, apresentando resultados satisfatórios, mas,

contrariamente, o sector da restauração, à imagem do privado tem perdido terreno, com resultados pouco satisfatórios. -----

-----Referiu-se às Piscinas para dizer que este equipamento, só poderá abrir mediante um estudo de eficiência energética, bem como a cobrança de uma taxa social, caso contrário a Empresa Municipal, dificilmente sobreviverá. -----

-----Por último referiu que os resultados apresentados representam a realidade da EMCEL. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento e remeteu o mesmo à Assembleia Municipal também para conhecimento.**-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 19:20h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----